



VII Encontro Brasileiro de Administração Pública  
ISSN: 2594-5688  
ebap@sbap.org.br  
Sociedade Brasileira de Administração Pública

**Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto democrático brasileiro: uma  
revisão sistemática de literatura**

**Luiza Amália Soares Franklin**

**Ana Paula Teixeira de Campos**

**Marco Aurelio Marques Ferreira**

**Fillipe Maciel Euclides**

Disponível em: <http://ebap.sbap.org.br/>

**Resumo**

Busca-se conhecer, neste trabalho, o panorama da produção científica sobre as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) no contexto democrático brasileiro. Para tanto, realizou-se revisão sistemática focada nas publicações que tratavam sobre as TICs na democracia eletrônica, no governo eletrônico e no poder legislativo. Além disso, foi feita análise do material coletado utilizando o software Iramuteq, que levantou a frequência de palavras e possibilitou a compreensão geral do que tem sido apresentado pelos artigos coletados. Verificou-se que o tema vem ganhando mais atenção de investigadores e das bases científicas, e que as pesquisas têm focado mais em analisar a aplicação das TICs no contexto do governo eletrônico. Concluiu-se que houve uma inversão de papéis: as ferramentas ganharam uma atenção maior dos pesquisadores que seu propósito democrático.

**Palavras Chave:**

Democracia Eletrônica. Governo Eletrônico. Poder Legislativo. TICs.

## **Tecnologias da Informação e Comunicação no contexto democrático brasileiro: uma revisão sistemática de literatura**

**Resumo:** Busca-se conhecer, neste trabalho, o panorama da produção científica sobre as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) no contexto democrático brasileiro. Para tanto, realizou-se revisão sistemática focada nas publicações que tratavam sobre as TICs na democracia eletrônica, no governo eletrônico e no poder legislativo. Além disso, foi feita análise do material coletado utilizando o *software* Iramuteq, que levantou a frequência de palavras e possibilitou a compreensão geral do que tem sido apresentado pelos artigos coletados. Verificou-se que o tema vem ganhando mais atenção de investigadores e das bases científicas, e que as pesquisas têm focado mais em analisar a aplicação das TICs no contexto do governo eletrônico. Concluiu-se que houve uma inversão de papéis: as ferramentas ganharam uma atenção maior dos pesquisadores que seu propósito democrático.

**Palavras-chave:** Democracia Eletrônica. Governo Eletrônico. Poder Legislativo. TICs.

### **Introdução**

A influência da tecnologia nas sociedades originou o “Paradigma Tecnológico” a partir da década de 1960. Castells (2005) explica esse paradigma como conjunto de inovações tecnológicas, que possuem a “informação” como fator essencial e geram consequências sociais, culturais, políticas e econômicas. Forma-se, portanto, um novo modo de estruturação da sociedade: a sociedade em rede.

Situado nesse cenário, observou-se o desenvolvimento do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo democrático em vários países. Essa prática foi intensificada com a capilarização da internet, transferindo para as TICs papel importante no processo de viabilização de mudanças na relação entre Estado e sociedade (DADER; CAMPOS, 2011). Surge, diante disso, a “democracia eletrônica”, que se refere ao uso de ferramentas para fomentar a democracia neste novo contexto. O advento desses novos instrumentos pode otimizar a gestão pública na medida em que promovem melhor comunicação e interação entre atores, incrementando a própria legitimidade estatal (CUNHA; SANTOS, 2005; DADER, 2003; GOMES, 2005).

Como forma de operacionalizar princípios democráticos nesse cenário das TICs, ações governamentais foram institucionalizadas, buscando também a eficiência da máquina pública e a modernização das rotinas administrativas. Isso deu origem ao “governo eletrônico”, ideia que se institucionalizou na administração pública brasileira, na década de 2000, por meio do “Programa de Governo Eletrônico” (DINIZ et al., 2009).

Levantamento feito, em dezembro de 2018, revelou que o país possui mais de 149 milhões de usuários de internet, o que representa 70% da população de acordo com o censo de

2019 (INTERNET WORLD STATS, n.d.). Esse dado coloca o Brasil como primeiro do ranking na América Latina, quarto no cenário global em números absolutos e o quinto do continente em termos percentuais quanto ao acesso à internet. Entende-se, assim, que o país está caminhando para um cenário de ampliação do acesso ao mundo digital, o que leva a um contexto em que a democracia eletrônica pode trazer diversos impactos para a população (INTERNET WORLD STATS, n.d.).

Apesar dessas possibilidades, a trajetória da administração pública brasileira e os reflexos disso na cultura política da população prejudicam o uso das TICs no contexto político. Partindo de um Estado patrimonialista, houve a formação de uma sociedade civil fraca e dependente, que assim se manteve no Estado burocrático, em que o poder público se posicionava distante das demandas populares. Esses fatores levaram à formação de uma cultura que mescla o atrasado e o moderno, sendo que o moderno se configura no cumprimento de regulamentações que instituem mecanismos democráticos digitais, enquanto o atrasado se refere ao uso distorcido desses mecanismos (CUNHA; SANTOS, 2005).

Estudos recentes, por outro lado, ilustram diversos avanços nesse cenário, tanto por parte da postura dos cidadãos quanto pela efetividade do uso das ferramentas tecnológicas pelo Estado, ilustrando um quadro mais promissor da democracia eletrônica no Brasil. Esse quadro também é marcado por questões a serem melhoradas como: falta de clareza no conteúdo exposto e carência de ações governamentais inclusivas. Entende-se, assim, que embora exista otimismo, há ainda muito o que avançar (BRAGA et al., 2008; CUNHA; SANTOS, 2005; NICOLÁS; OLIVEIRA, 2015; RICKEN; BRAGA, 2011).

Nessa perspectiva, o governo digital aparece como possível meio de aproximação entre população e políticos, principalmente no âmbito federal, que dispõe de mais recursos para a implementação de ferramentas ao mesmo tempo em que os atores estão mais distantes geograficamente em comparação a governos subnacionais. Para o poder legislativo, essa interação digital se torna ainda mais interessante devido às suas funções representativa – de receber e tramitar as demandas sociais –, comunicativa, informativa e educativa – que foram designadas a esse poder para auxiliar os parlamentares na tomada de decisões mais democráticas com a participação popular. Sendo assim, legisladores precisam manter diálogo democrático para a construção de soluções para problemas públicos e para levar

conhecimento político para a população (CRUZ et al., 2012; GAULD et al., 2016; WEST, 2003).

Não obstante, esse macrocenário pode ser considerado uma oportunidade para a academia, devido à relevância desse fenômeno e a iminência desse assunto. Diante disso, buscou-se, nesta pesquisa, *identificar o panorama da produção científica sobre as tecnologias da informação e comunicação no contexto democrático brasileiro*. Dessa forma, esta investigação busca colaborar com pesquisadores que se interessam pelo tema e precisam de um direcionamento para publicação. Ademais, a compreensão desse cenário não só indica importantes oportunidades e lacunas de pesquisa, como também fornece elementos teórico-empíricos relevantes para o desenvolvimento de instrumentos de democracia eletrônica no país.

Realizou-se, dessa forma, uma revisão sistemática das publicações que tratavam sobre as TICs na democracia eletrônica, no governo eletrônico e no poder legislativo, além de um levantamento geral do contexto retratado por esses estudos. Além desta introdução, introdução este artigo é composto por mais quatro seções: (2) referencial teórico; (3) procedimentos metodológicos; (4) apresentação, análise e discussão dos dados e (5) conclusão.

### **Democracia eletrônica e governo eletrônico no Brasil**

O modelo da democracia liberal passou a ser mais disseminado apenas recentemente. Held (1996) explica que até os anos 1970, regimes autoritários regiam dois terços dos países. Diante da complexidade das dinâmicas sociais e dos reconhecidos limites dos sistemas ditos democráticos, diversas definições sobre democracia têm sido contestadas. Essa situação levou Bobbio (1986, p. 12) a dar o que ele chama de “definição mínima” sobre regimes democráticos, que consiste em um “[...] conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”.

Quando as TICs são utilizadas para fomentar e fortalecer o processo democrático, tem-se um cenário de instrumentos de “democracia eletrônica” (GOMES, 2007). A internet aparece, então, como possível meio capaz de viabilizar e aprofundar práticas democráticas,

proporcionando formas de participação e controle social quando adotada de forma adequada (AVRITZER, 2011).

No Brasil, essas possibilidades de conectividade buscam efetivar princípios almejados pela sociedade principalmente após a abertura política na década de 1980, como transparência e participação. Acredita-se que a praticidade, a velocidade e a economicidade proporcionadas pelas TICs serão pontos chave para aperfeiçoar instrumentos de controle e participação social, se elas tiverem condições de serem adotadas de forma democrática (PEIXOTO; WEGENAST, 2011).

Há de se deixar claro, contudo, que a tecnologia não representa necessariamente o aprofundamento dos sistemas democráticos, e que as ferramentas por si só não garantem o sucesso do modelo. Acreditava-se, anteriormente, que a “computadorcracia” que estava por vir levaria ao exercício direto da cidadania, o que não se concretizou e que não possui expectativa de acontecer (BOBBIO, 1986). As TICs se limitam, assim, a instrumentos a serem utilizados no fomento da participação e no acesso da população ao serviço público.

De acordo com West (2004), as potencialidades desses novos instrumentos referem-se a uma comunicação “ [...] não hierárquica, não linear, de mão-dupla, e disponível 24 horas por dia, sete dias por semana” (WEST, 2004, p. 16), o que reforça novas possibilidades de conexão entre estado e sociedade.

Dentro do processo democrático, o Poder Legislativo se configura como a instituição central dentre os diferentes sistemas de governo (monarquia constitucional, parlamentarista e presidencialista), pois é o único poder formado por representantes escolhidos essencialmente pelo voto. Em vários países, contudo, o poder legislativo tem perdido legitimidade, e sua capacidade de representar as demandas sociais tem sido questionada. Casini (2006) explica que a apropriação da agenda pelo executivo e a influência de atores externos tendem a gerar medidas que atendem aos mais diversos interesses, que nem sempre o dos governados. Isso tem sido percebido pela população e a credibilidade dos parlamentares tem sido reiteradamente questionada.

Para se adequar à era da informação e às possibilidades da “democracia eletrônica”, os governos tiveram que se “digitalizar”, gerando o fenômeno conhecido como “governo eletrônico”. Ele se constitui na adoção, por parte do governo, de TICs na modernização de seus processos e na prestação de serviços aos atores com os quais ele interage, inclusive o

cidadão. Essas atividades vão de geração de boletos e disponibilização de informações online à criação de fóruns interativos (FERNANDES; AFONSO, 2001, p. 23).

Buscando alinhamento com o princípio democrático desse fenômeno, o Governo Federal brasileiro discorre sobre o surgimento desse movimento, nos anos 1990, e enfatiza, de forma pragmática, a função do governo eletrônico como o conjunto de programas que, por meio da internet, proporcionam formas diferentes de interação entre a Administração Pública e a sociedade, dando destaque à possibilidade de se prestar serviços públicos mesmo que à distância (BRASIL, 2015). Desta forma, a implantação do e-governo no Brasil tinha como objetivo “[...] promover universalização do acesso e o uso crescente dos meios eletrônicos de informação para gerar uma administração eficiente e transparente em todos os níveis” (TAKAHASHI, 2000, p. V). Para tanto, cabe ao governo a manutenção e a atualização das plataformas, a inclusão do cidadão e a garantia da função democrática desses meios.

Os impactos advindos desse fenômeno, isto é, de trazer o governo para a plataforma *online*, têm sido amplamente discutidos ao redor do mundo, tanto no âmbito dos processos internos das instituições quanto da comunicação com agentes externos. Chadwick (2006) apresenta alguns dos impactos positivos, como o fato de a internet viabilizar a publicização de informações diversas e o acesso remoto por parte da população, possibilitar melhorias para a entrega de serviços; facilitar a *accountability*, que é a prestação de contas com responsabilização do governante; e permitir a redução de recursos variados despendidos nessas tarefas.

Importa-se ressaltar, contudo, importantes barreiras existentes nesse cenário de suposta democratização. Davis (1999), por exemplo, explica que os atores que usufruem desses canais costumam ser os mesmos que tinham condições de usufruir anteriormente dos mecanismos existentes, já que se necessita de recursos para fazer melhor uso dos meios virtuais. Sendo assim, a administração pública precisa estar sempre atenta ao uso democrático desses meios, em que políticas de inclusão às novas plataformas tornam-se fundamentais.

Existe também a preocupação com outros impactos negativos, como uso do meio de comunicação para maior alienação da população; maior velocidade nos processos de deliberação e de tomada de decisão, o que pode prejudicar o diálogo e a participação; *websites* pessoais como meio de enaltecer o legislador e seus feitos; e *sites* com viés eleitoral ao invés de interativo, informativo ou educativo (LESTON-BANDEIRA; FRANCOLI, 2008;

RICKEN; BRAGA, 2011). Retomando a discussão das condições mínimas para sistemas democráticos de qualidade, entende-se que esses impactos negativos provêm das desigualdades que marcam o Brasil e de sua história política. Esse contexto reforça a importância de se promover condições mínimas para se obter processos políticos mais democráticos, e não prosseguir ou mesmo amplificar a elitização de arenas historicamente restritas. Por fim, Frigotto (2000) destaca um entrave que dificulta a superação dessas desigualdades e da efetiva aplicação de programas de inclusão quaisquer: a cultura da administração pública brasileira de que não se faz política de Estado, mas sim política de governo. Nesse sentido, a troca dos atores políticos – e seus colaboradores – na frequência das eleições faz com que as equipes mudem a agenda para planejar o período; o que interfere na conquista de objetivos de longo prazo. A superação desse obstáculo é uma mudança socioinstitucional necessária para o desenvolvimento da cidadania brasileira.

Em meio ao amadurecimento dessa discussão, ao aumento do acesso da população ao meio digital e à adoção das TICs por parte do Estado, identificou-se a importância de compreender mais profundamente o cenário desenhado pelas pesquisas acadêmicas sobre o tema, cujos detalhes dos procedimentos metodológicos foram explicitados a seguir.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa é classificada como descritiva pois explicita as características gerais das publicações que abordam a temática das TICs. Esta descrição assume contornos qualitativos, ao focalizar no conteúdo das publicações, e, também, quantitativos, por transformar tais informações em frequências (contagens). Parte-se de revisão sistemática sobre o tema, considerando artigos acadêmicos como o universo da coleta de dados (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Para tratamento e análise do material, foi adotada a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Em relação à operacionalização da pesquisa, a delimitação dos critérios que orientaram a coleta de dados foi baseada também no plano proposto por Lima e Miotto (2007). Primeiramente, optou-se por estudar artigos em português que investigaram o contexto brasileiro, indexados em três bases relevantes na área de Administração – ProQuest, Scielo e Spell. A opção por textos em português se justifica pelo instrumento de análise de dados adotado nesta investigação, que será apresentado adiante.

Além disso, foram selecionados os trabalhos cujas revistas foram qualificadas pela avaliação da CAPES entre os estratos A1 e B2 (Classificação de Periódicos Quadriênio 2013-2016). Tal escolha se deu por essas revistas representarem uma *proxy* de relevância e abrangência no sistema de avaliação brasileiro de periódicos (PEDROSO; PILATTI, 2009).

Considerando que as TICs são utilizadas em diversos campos, como educação e comunicação geral, optou-se por utilizar termos de busca que representassem um filtro inicial. Os termos adotados foram: “TICs + democracia eletrônica”, “TICs + governo eletrônico” e “TICs + legislativo”. Foram testadas outras combinações anteriormente – como “tecnologia da informação e comunicação” e “poder legislativo” – e os resultados mais enxutos (ou seja, que menos desviavam do tema) e mais condizentes com a proposta do trabalho foram os adotados. Por fim, buscou-se essa combinação em “tópicos gerais” com o intuito de encontrar trabalhos que discutissem essa temática. Toda a coleta foi feita no mês de fevereiro de 2019.

A partir da delimitação mencionada, foi feita a coleta inicial de 162 artigos disponíveis em português, cuja fonte predominante foi a base ProQuest, com 139 resultados (sendo 12 no Scielo e 11 no Spell). Após isso, realizou-se a aplicação do filtro relacionado ao *qualis* (entre A1 e B2) e foi feita a eliminação dos trabalhos repetidos (ou seja, que aparecem em mais de uma base ou em mais de uma combinação), o que totalizou 54 textos a serem analisados.

Para exploração do material e tratamento de resultados, utilizou-se o Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), *software* livre que possibilita conduzir diversas análises lexicográficas estatísticas em textos e tabelas que possuam homogeneidade e temas comuns (CAMARGO; JUSTO, 2013). A opção pelo Iramuteq foi pautada por dois motivos: a acessibilidade da ferramenta, fundamental em razão do volume de dados; e a facilidade permitida pelo programa para a realização de análises e codificações.

Com o intuito de incrementar a precisão da análise, evitando repetições e trechos desconexos, optou-se por submeter ao programa apenas a seção de considerações finais (também chamados de conclusões). Essa escolha, além de permitir observar os resultados desses trabalhos e o contexto que se pode compreender a partir deles, foi tomada pelo *software* requerer trechos concisos e diretos, evitando conclusões espúrias sobre os dados coletados.

Para atingir o objetivo deste estudo, optou-se por realizar uma análise de frequência, a partir da qual o programa identifica as raízes lexicais dos vocábulos e os contabiliza, destacando os que mais aparecem. Por meio deste teste, foi possível analisar a essência do conteúdo dos textos coletados.

### Resultados e discussões

Na tabela 1 apresentam-se os resultados do filtro inicial de pesquisa em que foram encontrados 162 artigos. Nesse primeiro momento, a base ProQuest foi predominante, com 139 resultados (sendo 12 no Scielo e 11 no Spell). Esse resultado aponta para uma base referência para a busca de trabalhos sobre os temas.

Tabela 1: Artigos coletados em cada base

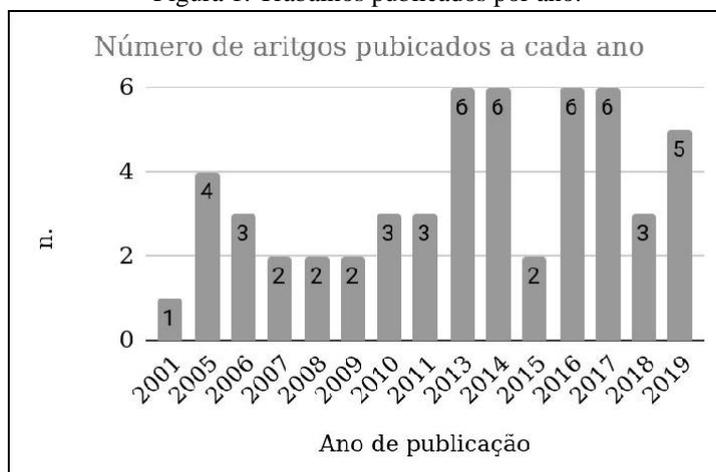
	Scielo	ProQuest	Spell	Total
TICs + democracia eletrônica	2	23	1	26
TICs + governo eletrônico	8	59	10	77
TICs + legislativo	2	57	--	59
TOTAL	12	139	11	162

Fonte: resultados da pesquisa (2019).

Quanto aos termos de busca, destaca-se a combinação “TICs+governo eletrônico” como 77 trabalhos encontrados, seguida por “TICs + legislativo”. A última recebeu destaque também por ser o tema que mais resultou em trabalhos em uma base (o ProQuest). Entende-se, por esses resultados iniciais, que os pesquisadores têm dado um foco maior na aplicação das TICs nos governos, e em modelos que foram aplicados ao longo do tempo, não na discussão teórica propriamente dita.

Após, foi feita a aplicação dos filtros apontados na metodologia, foram analisados 54 artigos. Os trabalhos sobre esses temas começaram a aparecer nos periódicos mais bem avaliados a partir de 2001. Observa-se também que, após a primeira publicação, houve um intervalo entre 2001 e 2005 até que os próximos estudos fossem divulgados. Após isso, nota-se uma constância nas publicações que varia de duas a seis publicações por ano, o que permite inferir o aumento da relevância dada ao tema por parte da comunidade acadêmica (ver Figura 1).

Figura 1: Trabalhos publicados por ano.



Fonte: resultados da pesquisa (2019).

Os artigos coletados foram publicados em 11 periódicos, sendo que as publicações nas revistas Informação & Sociedade, Holos e Em Questão totalizam 61% do total, indicando o interesse das revistas pelo assunto. A primeira começou a divulgar os trabalhos em 2006, datando o mais recente de 2019. Holos possui uma trajetória parecida, tendo suas publicações de 2005 a 2019. Já a “Em Questão” vem divulgando estudos sobre esse tema de 2013 até 2017. Delimita-se, assim, as revistas que mais publicam e demonstram, por consequência, interesse no tema. As demais revistas que publicaram esse assunto estão presentes na Figura 2.

Figura 2: Trabalhos publicados por revista.

Revista	n.	Revista	n.
Informação & Sociedade	15	Journal of Information Systems and Technology Management (JISTEM)	3
Holos	10	Organizações & Sociedade (O&S)	2
Em Questão	8	Revista Latinoamericana De Estudios Urbano Regionales (EURE)	1
Ciência & Saúde Coletiva	5	Revista Eletrônica Gestão e Sociedade	1
Revista de Administração Pública (RAP)	4	Revista Ciências Administrativas	1
Revista do Serviço Público	4	<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

Fonte: resultados da pesquisa (2019).

Tratando agora do sistema de avaliação de publicações “Qualis”, foi observado que 44% dos trabalhos foram publicados em artigos B2, 33% em B1 e 22% em A2. Esse fator indica que o assunto está conquistando espaço nas revistas de alto impacto. Para reforçar este argumento, ressalta-se que as quatro revistas A2 publicaram os artigos a partir de 2013, sendo que o incremento de publicações neste *qualis* ocorreu nos anos de 2018 e 2019.

Quantos aos autores dos trabalhos, foram contabilizados 118 no total e apenas sete publicaram mais de um estudo sobre os temas. Analisando mais a fundo, percebeu-se que esses autores possuem tópicos de preferência dentro desses assuntos, como pode ser observado na Figura 3.

Figura 3: Autores que mais publicaram.

Artigos	Autores	Temas investigados
5	MOURA, Dante Henrique	Aplicação das TICs na Educação
3	BRAGA, Lamartine Vieira	Governança, participação e políticas públicas
3	CUNHA, Maria Alexandra	Usos diversos das TICs pelos governos
2	ROVER, Aires José	E_gov no poder judiciário e nos governos estaduais
2	SANTANA, Ricardo Cesar Gonçalves	Votações no legislativo e exclusão digital
2	SANTOS, José Carlos Sales dos	Democracia eletrônica e governo eletrônico
2	SELLERA, Paulo Eduardo Guedes	Aplicação das TICs no sistema de saúde

Fonte: resultados da pesquisa (2019).

Diante disso, entende-se que Moura pode ser considerado um autor referência no tema, principalmente por ele manter uma consistência de temas, o que mostra sua especialização no mesmo; por outro lado, seu trabalho mais recente foi publicado em 2007. Os demais, apesar de tratarem de assuntos relacionados com os grandes temas, ainda estão publicando trabalhos sobre tópicos diversos, sem um padrão. Vale destacar que Cunha, Rover e Sellera publicaram seus artigos nos anos de 2018 e 2019. Pode se inferir, então, que este é um campo aberto, com diversas possibilidades de agenda, e que está ganhando cada vez mais espaço nos periódicos; ou seja, constitui-se em uma oportunidade para pesquisadores que buscam uma área para se aprofundar.

Passando para a análise geral dos textos, apresenta-se os resultados do teste de frequência dos vocábulos do Iramuteq. Primeiramente, faz-se necessário explicar como foi feita a análise: ao unir todas as seções de considerações finais dos artigos coletados, obteve-se um material composto por 29.926 palavras. Para a realização do teste, o *software* faz um filtro inicial, para que sejam contabilizadas apenas as palavras ativas, ou seja, as que possuem sentido relevante para o texto. Neste caso, optou-se por contabilizar adjetivos, substantivos, siglas, verbos e advérbios, seguindo indicações de Camargo e Justo (2013). Ao final do filtro, restaram 3.446 palavras a serem analisadas.

Enfim, foram observados os 30 termos de maior frequência no material – dispostos na Tabela 2. O termo *informação* aparece em diversos contextos nas considerações analisadas: como o substantivo em seu sentido mais amplo, usado para discutir o compartilhamento, o

acesso, o uso e a troca de informações, assim como sua importância e relevância; também foram identificados “ciência da informação”, “sistemas de informação”, “serviços de informação” e “era da informação” como combinações que representam fenômenos do cenário atual, passando por avaliações dos pesquisadores e dos órgãos públicos. Além disso, destacou-se também o adjetivo *informacional*, que caracterizou substantivos como “competência”, “letramento” e “inclusão”. Esse resultado nos remete ao estudo de Castells (2005), que trata de uma nova forma de estruturação da sociedade, baseada na Era da Informação com o surgimento da Sociedade da Informação e em Rede.

Tabela 2: Termos mais frequentes no *corpus*

n	Termo	Freq	n.	Termo	Freq	n.	Termo	Freq	n.	Termo	Freq
1	Informação	157	9	Estudo	67	17	Cidadão	57	25	Informacional	43
2	TICs	93	10	Social	66	18	Acesso	56	26	Profissional	42
3	Uso	91	11	Sociedade	65	19	Tecnologia	55	27	Grupo	42
4	Governo	79	12	Político	62	20	Dever	51	28	Governo_ eletrônico	42
5	Público	78	13	Prático	61	21	Biblioteca	50			
6	Pesquisa	72	14	Internet	60	22	Usuário	49	29	Utilizar	41
7	Serviço	68	15	Desenvolvimento	60	23	Resultado	48	30	Digital	41
8	Processo	67	16	Ação	59	24	Brasil	46			

Fonte: resultados da pesquisa (2019).

Em segundo lugar, as Tecnologias da Informação e Comunicação foram tratadas como ferramentas utilizadas no ensino no desenvolvimento da sociedade e na modernização dos governos, bem como foi apresentado por Fernandes e Afonso (2001). Nos anos de 2018 e 2019, a discussão foi intensificada na área da saúde (com muitas publicações no periódico *Ciência & Saúde Coletiva*), com foco no uso de *softwares* para o atendimento em unidades de saúde.

As TICs foram mencionadas como instrumento de fomento à participação cidadã ou de diálogo entre Estado e sociedade apenas nove vezes (o que corresponde a 12,3% das menções), menos do que se esperava neste estudo por conta da temática dos artigos coletados. Essa abordagem focada nos programas a serem implementados, e não na educação cidadã ou na construção do diálogo com a população foi alertada por autores como uma ameaça à finalidade democrática do governo digital (LESTON-BANDEIRA; FRANCOLI, 2008; RICKEN; BRAGA, 2011). Dentro dessa temática, outros termos muito frequentes foram *uso*, *novo*, *internet*, *tecnologia*, *digital* e *informacional*.

Analisando as combinações utilizadas na busca, tem-se que a expressão *governo\_eletrônico* foi a mais frequente, e aparece na 28ª posição da tabela, antecedido por termos do seu campo como *governo* (4ª posição), *público* (5ª posição) e *político* (12ª posição). Fora da tabela 1, os seguintes sinônimos da expressão foram identificados: *e-gov*, citado 36 vezes; e *e-governo*, apenas 5. Esse resultado fora esperado uma vez que quase metade dos artigos tratam dessa temática.

Passando para a segunda combinação de busca, verificou-se que o vocábulo *democracia* aparece onze vezes no material analisado, valor inferior à expectativa deste estudo por este ser o conceito base da discussão como um todo. *Democracia\_eletrônica* foi mencionada três vezes no *corpus*; e apenas dois dos seus sinônimos apareceram: *democracia\_digital*, apareceu seis vezes, e *e-democracia*, apenas duas vezes. Essa diferença considerável entre a frequência dos termos reforça a inferência feita anteriormente nesta pesquisa de que essa agenda está focada na implementação das TICs nos governos e instituições públicas, não na discussão que fundamenta esse fenômeno. Essa questão corrobora também com a preocupação de Bobbio (1986) sobre as TICs ganharem mais importância que o governo e que a própria política.

*Legislativo*, por sua vez, apareceu apenas seis vezes; enquanto que os termos relativos aos poderes executivo e judiciário, mesmo não estando no centro das buscas, apareceram em cinco e dois momentos, respectivamente. Como não foram usadas combinações com os demais poderes, não se pode fazer uma inferência comparativa sobre este resultado; contudo, entende-se que estudar o uso das TICs nos três poderes é uma agenda a ser explorada. Compreende-se, todavia, que o uso de plataformas *online* para interação com a sociedade partiu do poder executivo e este ainda é o ente que mais investe nisso, ainda que essa conexão com os eleitores ainda deveria ser prioridade do legislativo, por conta das suas funções, como explica Cruz et al. (2012), Gauld et al. (2016) e West (2003).

Para além das combinações, vale destacar os termos relacionados ao povo na Tabela 2, tais como *social*, *sociedade*, *cidadão* e *usuário*. Eles demonstram a preocupação dos autores em não refletir apenas sobre as TICs no governo, mas sim, como um fenômeno que deve considerar sempre o povo. Foi assim que o governo brasileiro disciplinou sobre o propósito do governo eletrônico (BRASIL, 2015; TAKAHASHI, 2000) e que foi ao encontro do que preconiza a teoria democrática (AVRITZER, 2011; BOBBIO, 1986; HELD, 1996), trazendo o

povo para o centro das ações governamentais, justificando a necessidade de fomentar o acesso e a instrução do povo para o devido uso das ferramentas.

## **Conclusões**

Este estudo identificou os artigos publicados sobre as TICs, que tratavam dessas ferramentas na democracia eletrônica, no governo eletrônico e no poder legislativo. Foi possível inferir que o assunto está ganhando espaço em revistas relevantes para a área e que há espaço para o surgimento de pesquisadores que querem se especializar no tema. Além disso, verificou-se que muito se tem estudado sobre programas de governo que utilizam as TICs, mas pouco tem-se refletido sobre esses instrumentos na democracia em si, o que aponta para uma lacuna interessante para futuros pesquisadores.

Esta investigação também se propôs a descrever as discussões na produção científica sobre a influência da tecnologia da informação e comunicação no contexto democrático brasileiro. Quanto a isso, verificou-se uma inversão de papéis: ao concluir seus trabalhos, os autores têm dado mais destaque às TICs do que ao seu propósito de fortalecer princípios democráticos e a efetividade do governo, tal como previsto por diversos teóricos da área.

Como limitações, aponta-se o fato de não se ter coletado dissertações e teses na análise sistemática, e entende-se, também, que os termos utilizados podem ter limitado a pesquisa. Contudo, as escolhas metodológicas foram feitas seguindo procedimentos utilizados por outros artigos, validando os resultados discutidos para o contexto analisado.

Ainda dentro desse contexto, os autores incentivam o uso de *softwares* de análise textual, tais como Iramuteq e Alceste, para pesquisas futuras. Essas ferramentas permitem identificar as frequências dos vocábulos de acordo com algumas variáveis estabelecidas pelos investigadores (essas variáveis podem ser a revista ou o ano de publicação, por exemplo) e encontrar unidades de sentido no texto, entre outras possibilidades.

Entende-se, por fim, que este trabalho traz contribuições tanto para agentes públicos – em termos de compilação de resultados levantados – quanto para os pesquisadores – apresentando as oportunidades de campo de pesquisa e um panorama de como estão sendo desenvolvidos os trabalhos.

## **Referências**

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (Ed.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Brasília: Ipea, 2011. v. 7.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRAGA, L. V. et al. O papel do governo eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**, v. 59, n. 1, p. 5–21, 2008.

BRASIL. **Histórico do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro**. Página. Disponível em: <https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/historico>. Acesso em: 10 out. 2017.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CASINI, P. F. Preface. In: BEETHAM, D. (Ed.). **Parliament and Democracy in the twenty-first century: a guide to good practice**. Switzerland: Inter-Parliamentary Union, 2006.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. v. 1.

CHADWICK, A. **Internet Politics: States, Citizens and New Communication Technologies**. New York: Oxford University Press, 2006.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153–76, 2012.

CUNHA, M. A. V. C.; SANTOS, G. S. O uso de meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 69–89, 2005.

DADER, J. L. Ciberdemocracia y ciberparlamento. El uso de correo electrónico entre los parlamentarios españoles y ciudadanos comunes (1999-2001). **Telos: Cuadernos de Comunicación, Tecnología y Sociedad**, n. 55, p. 86–96, 2003.

DADER, J. L.; CAMPOS, E. Internet parlamentario en España (1999-2005): los recursos para el contacto ciudadano y su uso, con una comparación europea. **Zer-Revista de Estudios de Comunicación**, v. 11, n. 20, 2011.

DAVIS, R. **The Web of Politics. The Internet's Impact on the American Political System**. New York: Oxford University Press, 1999.

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23–48, 2009.

FERNANDES, A. G.; AFONSO, J. R. R. e-Governo no Brasil: Experiências e Perspectivas. **Revista do BNDES**, v. 8, n. 15, p. 21–64, 2001.

FRIGOTTO, G. A DÉCADA PERDIDA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. In: BENJAMIN, C. Q.; ELIAS, L. A. (Eds.). **Brasil, crise e destino: entrevistas com pensadores contemporâneos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

GAULD, R. et al. How responsive are government agencies when contacted by email? Findings from a longitudinal study in Australia and New Zealand. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 283–290, 2016.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214–222, 2005.

HELD, D. **Models of Democracy**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 1996.

INTERNET WORLD STATS. **Internet Usage and Population in South America**. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/stats15.htm>. Acesso em: 18 fev. 2020.

LESTON-BANDEIRA, C.; FRANCOLI, M. **Parliaments in the Digital Age**: Oxford Internet Institute Forum Discussion Report. Oxford: University of Oxford, 2008.

LIMA, T. C.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 37–45, 2007.

NICOLÁS, M. A.; OLIVEIRA, R. C. **Internet, parlamentares e contexto off-line: websites parlamentares em contextos institucionais diferentes**. Curitiba: Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Federal do Paraná, 2015.

PEDROSO, B.; PILATTI, L. O novo qualis: perspectivas para a pós-graduação em engenharia de produção. **Revista Gestão Industrial**, v. 5, n. 2, 2009.

PEIXOTO, T.; WEGENAST, T. A. Democracia eletrônica no Brasil e no mundo. **Revista do legislativo**, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 43, p. 152–165, 2011.

RICKEN, F. A. G.; BRAGA, S. S. **Representantes pós-Web? Um estudo comparado sobre os padrões de uso da internet pelos deputados e senadores dos EUA e do Brasil (2007-2011)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

SAMPAIO, R.; MANCINI, M. ESTUDOS DE REVISÃO SISTEMÁTICA: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007.

TAKAHASHI, T. (Ed.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

WEST, D. M. **State and federal e-government in the United States**. Providence: Brown University, 2003. Disponível em: [https://www.brown.edu/academics/taubman-center/sites/brown.edu/academics/taubman-center/files/uploads/egovt03us\(1\).pdf](https://www.brown.edu/academics/taubman-center/sites/brown.edu/academics/taubman-center/files/uploads/egovt03us(1).pdf). Acesso em: 2 mar. 2017.